

Estimulação precoce na educação infantil: um estudo bibliométrico

Early stimulation in early childhood education: a bibliometric study

Estimulación temprana em educação infantil: un estudio bibliométrico

CARDOSO, Carolina¹
FERNANDES PROCÓPIO, Leandra²
PROCÓPIO, Marcos³

Resumo: Reconhecendo a importância da estimulação precoce na educação infantil e tendo como marco legal as Diretrizes Educacionais sobre Estimulação Precoce publicado pelo MEC em 1995, foi desenvolvido um estudo bibliométrico de cunho quantitativo e qualitativo no periódico científico digital brasileiro da Scielo em busca artigos publicados entre 1995 e 2016 que apresentassem dados de intervenções realizadas em contexto da Educação Infantil junto às crianças que necessitam de estimulação precoce. Tendo como palavras geradoras os termos: “estimulação essencial”, “estimulação precoce” e “intervenção precoce” foram selecionados 13 artigos que atendiam aos critérios previamente estabelecidos. Do estudo bibliométrico foi possível observar um intervalo de oito anos entre a publicação das Diretrizes do MEC (1995) a primeira publicação (2003), assim como baixo número de publicações sobre a estimulação precoce na educação infantil. Os artigos foram elaborados por pesquisadores em sua maioria Psicólogos/Docentes de Universidades Públicas do Brasil (9) e de Portugal (4). As revistas escolhidas para publicação possuem Qualis na sua maioria A1 e possuem origem em departamentos da área da Educação, apesar disso 11 dos trabalhos trazem a estimulação precoce numa perspectiva médica em detrimento da escolar e apenas 2 trazem orientações para que os estudos realizados sejam estendidos às escolas.

Palavras-chave: Estimulação precoce. Educação infantil. Estudo Psicométrico.

Abstract: *Recognizing the importance of early stimulation in early childhood education and having as a legal framework the Educational Guidelines on Early Stimulation published by the MEC in 1995, a quantitative and qualitative bibliometric study was developed in the Brazilian scientific journal of Scielo in search of articles published between 1995 and 2016 to present data on interventions performed in the context of Early Childhood Education with children who need early stimulation. Generating the terms "essential stimulation", "early stimulation" and "early intervention", 13 articles were selected that met the criteria previously established. From the bibliometric study it was possible to observe an interval of eight years between the publication of the MEC Guidelines (1995) the first publication (2003), as well as a low number of publications on early stimulation in early childhood education. The articles were elaborated by researchers in their majority Psychologists / Professors of Public*

¹Professora da Rede Particular de Catalão – Goiás, Licenciada em Matemática pela Universidade Federal de Goiás -Regional Catalão; Pedagoga pela Faculdade Albert Einstein; Especialista em Educação Infantil pela Universidade Federal de Goiás- Regional Catalão e Especialista em Atendimento Educacional Especializado na Perspectiva da Educação Inclusiva pela UFG- Regional Catalão. e-mail: karolcardoso.r@gmail.com

²Doutora em Educação pela Universidade de Aveiro (2013) e Pós-doutoranda pela Universidade Autónoma de Madrid.(2016) Professora da Unidade Especial de Educação da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. Pedagoga (PUC Goiás), Mestre em Psicologia Escolar pela Universidade de Coimbra,. e-mail: leandracprocopio@gmail.com

³Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás e Pós-doutorando pela PUC Goiás (2016). Professor da Unidade Especial de Educação da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão e do Programa de Mestrado em Práticas Educativas da UFG- RC. e-mail: quanticis@gmail.com

Universities of Brazil (9) and of Portugal (4). The journals chosen for publication have A1 Qualis, and originate in departments of the Education area. However, 11 of the papers bring early stimulation from a medical perspective to the detriment of the school, and only 2 provide guidelines for the studies to be extended to schools.

Keywords: *Early stimulation. Child education. Psychometric Study.*

Resumen: *Reconociendo la importancia de la estimulación temprana en la educación infantil y con el marco legal de las pautas educativas de la estimulación temprana publicada por el MEC en 1995, se desarrolló un estudio bibliométrico de naturaleza cuantitativa y cualitativa en la revista digital de brasileña Scielo buscar artículos publicados entre 1995 y 2016 para intervenciones actuales datos contenidos en el contexto de la educación de la primera infancia con los niños que necesitan la estimulación temprana. Con las palabras generadoras se seleccionaron los términos "estimulación esencial", "estimulación temprana" y "intervención temprana" 13 artículos que cumplían los criterios previamente establecidos. El estudio bibliométrico fue posible observar un intervalo de ocho años entre la publicación de las directrices del MEC (1995) la primera publicación (2003), así como el bajo número de publicaciones sobre la estimulación temprana en la educación infantil. Los artículos fueron preparados por los investigadores en su mayoría psicólogos / Profesores de las universidades públicas de Brasil (9) y Portugal (4). Revistas escogidos para tener Qualis en su mayoría A1 y tienen origen en el ámbito de los departamentos de Educación, a pesar de que 11 de las obras traen la estimulación temprana en un punto de vista médico, en detrimento de la escuela y sólo 2 traen orientación a los estudios se extienden a escuelas.*

Palabras-chave: *La estimulación temprana. Educación Infantil. Estudio Bibliométrico.*

Introdução

No decorrer do desenvolvimento da sociedade, as crianças pequenas e/ou as que apresentavam características diferentes das consideradas normais ou mesmo algum tipo de comprometimento físico, motor ou psicológico vivenciaram situações de preconceito e exclusão e, como consequência, foram impedidas de usufruírem da educação formal. No Brasil esta realidade não foi diferente e somente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88) e aprovações de leis nacionais dela decorrentes, é que a Educação Infantil e a Educação Especial se tornaram um direito e como partes integrantes do sistema de educação nacional. Desse modo, a educação infantil passa a ser a primeira etapa da educação básica e a educação especial considerada uma modalidade da educação escolar, um atendimento educacional especializado gratuito, que ocorre, preferencialmente na rede regular de ensino. De forma que uma educação de qualidade somente se efetivará em sistemas educacionais inclusivos que assegurem as condições necessárias para o atendimento de suas especificidades. (BRASIL, 2015). Estes aspectos legais têm no Brasil sido implementados de forma gradativa com avanços e retrocessos que em muitos casos inviabilizam uma real efetivação da Educação Especial no sistema escolar, sobretudo na educação infantil.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/96, a educação infantil é dividida em creche (0 a 3 anos) e pré-escola (4 a 5 anos) e preconiza que

as crianças público-alvo da educação especial sejam atendidas em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível sua integração em classes comuns. Em específico para as crianças da educação infantil e da educação especial, na faixa etária de zero a três anos de idade, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) estruturou um programa de estimulação precoce que visa atender crianças prematuras, com alto risco ou deficientes, dos 0 aos 3 anos, através de estímulos para que possam desenvolver suas potencialidades e atenuar suas deficiências (BONAMIGO *apud* ULSENHEIMER e GRAVE, 2009). Dessa forma, o planejamento curricular deverá ser voltado para as interações, relações e práticas que constituirão os ambientes em que o brincar, imaginar, aprender, observar, experimentar e questionar, onde estabelecerão sentidos sobre a natureza e sociedade. (BRASIL, 2015).

Para auxiliar os profissionais da estimulação precoce (professor/estimulador precoce) e para garantir a participação das crianças com deficiência, o MEC desenvolveu as Diretrizes Educacionais Sobre Estimulação Precoce, que têm por objetivo orientar sobre os recursos, os locais e as formas de atendimento às crianças que fazem parte do programa de estimulação precoce, e que pode ser estendido para toda a educação infantil.

É necessário que as instituições educacionais organizem seus espaços, brincadeiras, trocas sociais e de comunicação, recursos pedagógicos, tempo etc., para facilitar o acesso, a permanência e o pleno desenvolvimento de todos os educandos. Assim, o estimulador precoce deverá ser qualificado e preparado para receber seus alunos, e dessa forma efetivar uma prática educativa, capaz de produzir sentido para as crianças. Os currículos, métodos, técnicas, recursos educativos, brinquedos e brincadeiras, devem ser voltados para o desenvolvimento das crianças fazendo assim parte das práticas do estimulador precoce que se constituirá como a primeira ação educativa destinada ao atendimento das crianças público-alvo da educação especial, isso por possibilitar a investigação, a aprendizagem sobre as pessoas e o mundo e a busca da sua autonomia (BRASIL, 2015).

Reconhecendo todo o esforço feito em elaborar e publicar Diretrizes Educacionais que ampare a intervenção precoce junto às crianças, nos inquietamos na busca de artigos que apresentavam intervenções realizadas no âmbito da estimulação precoce em contexto educacional. Para tal, recorreremos a uma pesquisa de cunho bibliométrico que possibilita mapear as publicações ocorridas em um determinado acervo. Para este estudo foi escolhido o portal da Scielo, no qual foram utilizadas palavras chave e como limite temporal o ano de 1995,

ano da publicação das Diretrizes Educacionais sobre Estimulação Precoce. Pretende-se assim analisar que tipo de intervenções e pesquisas sobre a estimulação precoce foram sendo realizadas após a publicação da referida Diretriz. Para compreender as análises dos dados iremos a seguir no referencial teórico discorrer sobre a estimulação precoce e as orientações gerais do referido programa.

Estimulação Precoce: definições e diretrizes do programa no Brasil.

O primeiro indício deste tipo de programa foi nos Estados Unidos, em 1960, quando se pretendia sanar ou compensar fatores de riscos nas crianças que vinham de famílias de baixa renda ou que apresentavam problemas de saúde física ou mental, isso com o interesse de potencializar os aspectos cognitivos e sociais das crianças.

Já no Brasil os programas de estimulação precoce aparecem em meados de 1980, para atender as crianças com deficiências intelectuais e somente depois foram sendo ampliados os atendimentos a outras deficiências. Neste sentido, a estimulação precoce se torna a primeira ação educativa para atender as crianças com necessidades especiais, além de ser essencial para objetivar o desenvolvimento de suas potencialidades, sobretudo, porque quanto mais cedo for feito o atendimento das crianças e suas famílias, maiores são as possibilidades de que se ampliem suas capacidades motoras, sociais e cognitivas.

Em 1995 o MEC divulgou oficialmente as Diretrizes Educacionais Sobre Estimulação Precoce, e alguns profissionais mostraram-se interessados em chamar o programa de estimulação precoce de programa de estimulação essencial, entretanto o termo, além de não ser consagrado, não denota o real significado do programa, que é caracterizado, como um:

Conjunto dinâmico de atividades e de recursos humanos e ambientais incentivadores que são destinados a proporcionar à criança, nos seus primeiros anos de vida, experiências significativas para alcançar pleno desenvolvimento em seu processo evolutivo (BRASIL, 1995, p. 11).

Entretanto, é necessário observar-se as potencialidades e o grau de limitação das crianças atendidas para se estabelecer os currículos e se planejar atividades que contemplem as suas habilidades. O público-alvo de um programa de estimulação precoce é muito variado, abrangendo: crianças que nasceram prematuramente, deficiências diversas, e crianças com altas habilidades/superdotação, além de poder atender também as sem deficiências, assim, a

promoção de situações pedagógicas em que sejam inseridas todas as crianças deve ser orientada.

Segundo as Diretrizes Educacionais Sobre Estimulação Precoce, “o emprego de programas de estimulação precoce pode prevenir ou atenuar os possíveis atrasos ou defasagens no processo evolutivo infantil” (BRASIL, 1995, p. 7). Portanto, se ele for bem empregado o próprio sistema educacional será beneficiado porque serão menores as necessidades educacionais para atender crianças maiores

Além disso, o MEC ainda orienta a organização do atendimento as crianças com deficiência na educação infantil, quando preconiza que as técnicas devem ser direcionadas pelas interações e brincadeiras, que proporcionam experiências que suscitam o relacionamento e a interação entre crianças (BRASIL, 2015).

Neste sentido, para que uma criança seja inserida nos programas de estimulação precoce é necessário um diagnóstico médico, que pode começar ainda na gravidez ou nas primeiras avaliações logo depois do nascimento porque enquanto bebês algumas deficiências não são perceptíveis para os pais. Além disso, nas avaliações médicas é necessária a observação de fatores de risco e do ambiente em que a criança viverá porque isso também pode gerar ou retroceder o desenvolvimento da criança (BRASIL, 1995). Além da avaliação e exames médicos, deve-se incluir no programa de estimulação precoce roteiros de anamnese, exames psicoeducacionais, visitas domiciliares, escalas, tanto gerais como específicas, para medir o processo evolutivo da criança e verificar quais são os resultados obtidos com a aplicação das atividades em um plano individual de intervenção. Também é importante designar uma pessoa da equipe que trabalha no programa para acompanhar o desenvolvimento da criança durante as atividades de intervenção.

Depois da avaliação da criança, iniciam-se as intervenções, que são realizadas através de um plano individual que levam em consideração o currículo específico da criança e, que são atendimentos oferecidos a criança, para que ela avance em seu desenvolvimento. Estabelecer metas e ter disponibilidade de profissionais capacitados é fundamental para assegurar a eficácia do programa. As intervenções devem ser pautadas na observação da criança, que possui direitos e deveres, no reconhecimento dela como alguém “educável” e na participação da família nos processos educacionais.

Em relação ao tempo destinado ao atendimento, para a estimulação precoce, segundo as Diretrizes do MEC, para crianças menores de dois anos, devem ser realizadas duas sessões

semanais, variando entre vinte e trinta minutos cada, quando forem individuais, ou de uma hora à uma hora e quarenta minutos quando for em grupo. À medida que crescem, os atendimentos podem ir aumentando, chegando até a quatro horas diárias.

Recomenda-se que os profissionais envolvidos intercalem atividades relacionadas ao currículo específico da excepcionalidade da criança com as áreas do desenvolvimento global do ser humano. Os grupos devem ser de no máximo três crianças e os locais para o desenvolvimento das atividades devem possuir mobiliários e materiais adequados. É importante que os pais sejam orientados para que eles possam dar continuidade ao trabalho em casa (BRASIL, 1995). Outro aspecto importante que também é discutido pelas Diretrizes diz respeito ao currículo, que é chamado de “currículo de intervenção precoce” ou de “primeira infância”. Contudo o documento utiliza a primeira nomenclatura. Ele é dividido por áreas de desenvolvimento global infantil: física, motora, cognitiva, sensório-perceptiva, socioafetiva, de linguagem. A partir dele prevê-se a implementação do plano individual de intervenção, que deve conter: objetivos gerais e específicos, conteúdo de atividades, experiências significativas, estratégias de intervenção e ambientes de estimulação e avaliação curricular (BRASIL, 1995).

Nas Diretrizes a estimulação precoce na educação infantil deve ocorrer preferencialmente no período de zero a três anos, por ser este o período que possibilita melhor desenvolvimento e maior resposta aos estímulos dados às crianças (BRASIL, 1995). Para Mendes (2010, p. 47 e 48),

Os primeiros anos de vida de uma criança têm sido considerados cada vez mais importantes. Os três primeiros anos, por exemplo, são críticos para o desenvolvimento da inteligência, da personalidade, da linguagem, da socialização etc. A aceleração do desenvolvimento cerebral durante o primeiro ano de vida é mais rápida e mais extensiva do que qualquer outra etapa da vida, sendo que o tamanho do cérebro praticamente triplica neste período. Entretanto, o desenvolvimento do cérebro é muito mais vulnerável nessa etapa e pode ser afetada por fatores nutricionais, pela qualidade da interação, do cuidado e da estimulação proporcionada à criança.

Ainda para orientar os professores da educação infantil o MEC, em 2006, através da Coleção Saberes e Práticas de Inclusão (BRASIL, 2006), sugere ações voltadas para o público-alvo da educação especial. A coleção é composta por oito volumes e discorre sobre: as dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento; as dificuldades de comunicação e sinalização: deficiência física, surdo-cegueira/múltipla, deficiência sensorial, surdez e deficiência visual; e altas habilidades/superdotação. A

importância desta coleção está no fato de que é necessário que os profissionais conheçam e, portanto, reconheçam em seus alunos possíveis necessidades educacionais especiais, para que, através de uma prática pedagógica voltada para atitudes inclusivas, possam promover estratégias de aprendizagens em que todo o grupo possa ser beneficiado.

Quanto à proposta de adequação do currículo para a educação infantil, a coleção prevê (volume 1- introdução) que:

Que o currículo e os objetivos gerais são os mesmos para alunos com necessidades educacionais especiais não requerendo um currículo especial, mas sim ajustes e modificações, envolvendo alguns objetivos específicos, conteúdos, procedimentos didáticos e metodológicos que propiciem o avanço no processo de aprendizagem desses alunos (BRASIL, 2006, p. 17).

Além disso, é necessário considerar que não apenas os profissionais que compõem a sala de aula, mas também toda a instituição escolar deve estar disposta a acolher a diversidade, de forma que os “processos de inclusão possam garantir a permanência e o sucesso do aluno.” (MENDES, 2010, p. 76).

Diante do exposto, faz-se necessário que os profissionais conheçam as orientações e finalidades do programa de estimulação precoce para que possam se preparar, atuar e exigir dos governantes o cumprimento das condições de acesso e permanência (com qualidade) das crianças que necessitam da estimulação precoce em contexto escolar. Percebe-se então a importância da formação desse profissional, dada a importância da estimulação precoce. As Diretrizes recomendam que toda a população infantil participe dos programas de estimulação precoce, pois situações que envolvem educação e cuidados, e integram aspectos físicos, emocionais afetivos, cognitivos/linguísticos e sociais da criança são muito importantes. (BRASIL, 1995).

Assim, é importante que o cotidiano escolar, propicie as crianças brincadeiras, interação uns com os outros e com os adultos, para que alcancem o desenvolvimento integral. Atividades relacionadas à linguagem e à comunicação, brincadeiras que possibilitem aprendizagens e jogos de movimento para o trabalho voltado para a psicomotricidade são parte do programa de estimulação precoce, e, por isso possibilitam às crianças a socialização e o início da autonomia. Os estímulos devem acontecer logo nos primeiros meses, portanto, é indispensável a urgência na identificação precoce de possíveis deficiências, seguida de orientações junto à família sobre quais intervenções devem ser realizadas, a fim de que possam

potencializar o crescimento, a maturação social e a ampliação linguística das crianças em tempo de estimulação precoce (zero a três anos de idade), segundo Perin (2010, p. 12),

Do nascimento até os três anos, o desenvolvimento neuronal atinge seu nível máximo; a partir dos três anos começa a decrescer até sua total eliminação aos seis anos de idade, quando já estão formadas as interconexões neuronais, fazendo que os mecanismos de aprendizagem sejam parecidos aos de uma pessoa adulta.

Nas atividades de estimulação precoce tem-se uma equipe multidisciplinar formada por professor, com formação em psicologia, pedagogia ou em educação física; psicólogo; fonoaudiólogo; assistente social; terapeuta ocupacional; médicos (pediatra, otorrinolaringologista, oftalmologista, neurologista, fisiatra). Este estudo interessa-se particularmente pelo papel do professor, que é denominado de professor ou educador precoce ou estimulador precoce, termo este utilizado por alguns autores tais como: Ulsenheimer; Grave (2009) e Perin (2010). A propósito deste trabalho adotar-se-á a expressão professor estimulador precoce.

Sabe-se que nem todas as cidades terão uma equipe formada pelos profissionais já citados. Podem-se criar equipes regionais ou estaduais. O professor estimulador precoce pode desenvolver funções atribuídas a outro profissional desde que além de ter formação para trabalhar nas séries iniciais, seja supervisionado por uma equipe composta pelos vários outros profissionais (BRASIL, 1995).

Cada membro da equipe tem atribuições específicas, embora algumas sejam comuns a todos e algumas somente ao professor. São essas as atribuições comuns a todos: participar dos processos de triagem e avaliação, participar das ações de intervenção de modo ativo, elaborar relatórios individuais para serem compartilhado com outros especialistas, dar respostas às famílias, participar de reuniões com a equipe. O professor estimulador precoce tem como funções: avaliar as oportunidades educacionais vivenciadas junto à família, avaliar o desenvolvimento psicoeducacional relacionando-o à frequência da criança em berçários, creches etc., avaliar a criança nos aspectos referentes aos cuidados oferecidos pela família, propor para a equipe métodos, técnicas e estratégias referentes aos conteúdos do currículo de estimulação precoce, elaborar planos individuais de intervenção, incentivar as famílias a utilizarem recursos recreativos como parques e jardins, além de incentivar a participação da família no processo educacional da sua criança (BRASIL, 1995).

Portanto, o papel do professor estimulador precoce é importante, porque ele, acompanhado por outros profissionais, tem a responsabilidade de potencializar o desenvolvimento intelectual, físico e afetivo das crianças em idade de estimulação precoce. E como a estimulação precoce deve ser oferecida preferencialmente em classes regulares de educação infantil, o professor deve observar também as orientações do RCNEI segundo o qual o professor deve criar “situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal.” (BRASIL, 1998, p. 23). A aquisição de brinquedos e *playgrounds* para as crianças é uma estratégia de implementação para as crianças da educação infantil.

Conforme o referido documento as crianças, até o término da educação infantil devem descobrir e conhecer progressivamente seu corpo tendo uma imagem positiva de si; adquirir e valorizar hábitos de cuidado com seu corpo, com a sua própria saúde e com seu bem estar; estabelecer vínculos afetivos com adultos e crianças, fortalecendo sua autoestima e comunicação social e atitudes de ajuda e colaboração; observar e explorar o ambiente, brincar, expressar emoções, sentimentos, pensamentos, necessidades e desejos, além de conhecer e valorizar as manifestações culturais (BRASIL, 1998).

As Diretrizes Educacionais Sobre Estimulação Precoce sugerem ainda que cada Secretaria de Educação, municipal ou estadual, planeje suas ações levando em consideração a quantidade de alunos que já participam do programa e a possibilidade de expansão dessa participação, que tracem objetivos a serem alcançados e que assegurem a aquisição de recursos necessários ao alcance das metas estabelecidas. Neste sentido, as Secretarias de Educação precisam levantar dados referentes à quantidade de crianças que são público-alvo da educação inclusiva e listar hospitais e serviços que possam oferecer suporte às famílias para a avaliação médica. É imprescindível que se haja professores qualificados e dispostos a realizarem atividades junto às crianças inseridas no programa. É necessário observar o mobiliário, os materiais e as condições de acesso às instituições. Tudo isso é importante para que o atendimento possibilite o melhor desenvolvimento das crianças.

Dessa forma, são estabelecidos os objetivos a serem alcançados, especificadas as atividades a serem desenvolvidas nos processos de avaliação e de intervenção, designado o pessoal técnico e definidas suas funções, e estabelecida a interligação com as áreas de educação, assistência social, saúde, incluindo alimentação (BRASIL, 1995, p.18).

Uma vez observados esses aspectos, a implantação dos programas de estimulação precoce pode ocorrer em vários locais como: berçários, creches, escolas de educação infantil, unidades hospitalares, clínicas psicológicas, psicopedagógicas, fonoaudiológicas etc. As atividades de intervenção que serão realizadas junto às crianças visam o progresso delas em diferentes áreas: na área física: alimentar, controlar os esfíncteres etc.; na área motora: arrastar engatinhar etc.; na área cognitiva: identificar objetos e pessoas familiares etc.; na área sensório-perceptivo: diferenciar quente e frio etc.; na linguagem: nomear objetos e partes do corpo etc.; na área sócio-afetiva: chorar ou sorrir espontaneamente.

Para que os programas obtenham, os serviços, as normas e os procedimentos que norteiem as suas atividades devem considerar as necessidades regionais. Além disso, todas as atividades de intervenção previstas dentro do programa de estimulação precoce são voltadas para auxiliar o progresso das crianças e assim possibilitar o seu pleno e melhor desenvolvimento para que ela, dentro de suas especificidades, possa crescer autonomamente e feliz.

Frente a todo embasamento teórico e prático previsto pelos documentos emitidos pelo MEC, que prevê orientar a implementação do programa assim como a prática dos profissionais, das secretarias e etc, tem sido frequente observar o descaso de muitas secretarias na implementação do programa de estimulação precoce nas escolas de educação infantil da rede pública de ensino. Porém, é importante saber sobre as experiências que têm sido realizar a partir das Diretrizes Educacionais sobre Estimulação Precoce publicadas em 1995 pelo MEC. É neste sentido que nossa pesquisa segue, em busca de publicações sobre experiências vivenciadas tendo como base os programas de estimulação precoce e as referidas diretrizes.

Metodologia/Procedimentos/Análise dos Dados

Entendendo que o programa de estimulação precoce desde 1995 está previsto por lei e possui especificidades que envolvem diretamente a escola e o professor, inquietou-nos em saber que tipo de intervenções e pesquisas sobre a estimulação precoce foram sendo realizadas após a publicação das Diretrizes Educacionais Sobre Estimulação Precoce. Para tal, recorreu-se à pesquisa Bibliométrica que, segundo Francisco (2011) trata-se de técnicas quantitativas de analisar produções científicas, tendo como principal objetivo analisar a

produção científica relacionado com o tema proposto, disseminação e uso de informações registradas com o emprego de métodos matemáticos e estatísticos, assim como pesquisa bibliográfica, pois procurou analisar qualitativamente as pesquisas desenvolvidas em cada um dos artigos encontrados. A pesquisa Bibliométrica tem sido amplamente expandida no meio acadêmico e científico uma vez que contribui diretamente para o aumento do conhecimento sobre as características das publicações existentes em determinada área, periódico, portal,...

Neste sentido, optou-se pela pesquisa em periódicos, escolhendo o portal do *Scielo* (Scientific Electronic Library Online), onde foram utilizados como palavras geradoras os termos: “estimulação essencial”, tendo encontrado 1 artigo; “estimulação precoce” com 6 artigos e “intervenção precoce” com 29 publicações. Depois de examinar os resumos e verificar se o material encontrado tinha relevância para o trabalho, o número de artigos para uma leitura aprofundada e objetiva foram selecionados: 1, 5 e 7 respectivamente uma vez que atendiam às especificidades de inclusão que consistia em publicações que tinham em conta intervenções que faziam uso da estimulação precoce em contexto da educação infantil e/ou com algum tipo de necessidade específica. Os 23 artigos excluídos não se adequavam aos itens de inclusão acima citados uma vez que apresentavam intervenções ou pesquisas que abordavam a importância da intervenção precoce junto aos adolescentes para a prevenção de drogas, álcool, etc. Comportamentos delinquentes, ou descrevem pesquisas que apesar de utilizar o termo estimulação precoce ou intervenção precoce não fazem menção ao programa de estimulação precoce estudado neste trabalho.

Quadro 1 – Quantidade de artigos encontrados e utilizados na pesquisa (ano 1995 a 2016)

Palavras geradoras	Quantos encontramos.	Artigos relevantes para a pesquisa
Estimulação essencial	1	1
Estimulação precoce	6	5
Intervenção precoce	29	7
Total	36	13

Fonte: Dados coletados no Portal da *Scielo*.

Após a leitura cuidadosa de cada um dos 13 artigos selecionados, procedeu-se à uma análise mais qualitativa dos dados obtidos, compreendendo os objetivos, o tipo de metodologia e método e os principais resultados encontrados evidenciando acerca do tema quais as

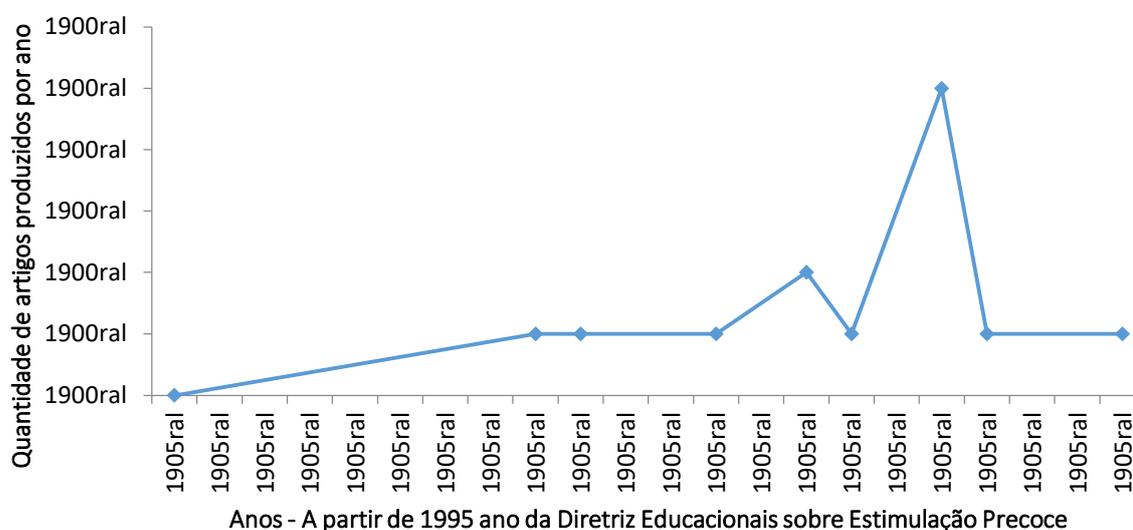
pesquisas e intervenções-ações foram realizadas e publicadas nos anos decorrentes à publicação das Diretrizes.

Para a análise dos dados foi montado um banco de dados contendo as seguintes características de todas as publicações: Nome da revista, Qualis, título, nome dos autores, quantidade de autores por publicação, ano de publicação, temas de interesses, instituições vinculadas pelos autores, objetivos da pesquisa, metodologia e método adotados, considerações finais e conclusões, tendo sido observados também aspectos metodológicos das publicações. Por fim os dados coletados foram analisados, a fim de detectar o percentual necessário de cada item analisado, servindo de suporte para identificar os resultados esperados, e auxiliar nas conclusões finais.

Resultados/Discussão e Análises

A opção metodológica definida para apresentar os resultados dos dados coletados foi primeiramente dispor as informações em quadros onde estão estruturados os dados Bibliométricos obtidos a partir da pesquisa: nome do autor, o título do artigo, a revista onde este foi publicado e em seguida o ano de publicação. Para melhor compreensão, os dados serão apresentados em ordem decrescente dos anos de publicação para que a compreensão seja maior e assim possamos perceber os avanços, as novas diretrizes e ações realizadas em crianças com necessidade de estimulação precoce.

Gráfico 1 - Quantidade de artigos produzidos nos últimos 21 anos sobre Estimulação Precoce



Fonte: Dados coletados no Portal da *Scielo*

Ao se ater aos anos de publicação dos artigos sobre estimulação precoce, no Gráfico 1 é possível verificar que se transcorreram oito anos entre a publicação das Diretrizes Educacionais Sobre Estimulação Precoce (1995) e o primeiro artigo publicado (2003). Este dado chama a atenção para o longo período de concretização e divulgação em revista das ações realizadas ou iniciadas tendo em conta a estimulação precoce em crianças. Nos anos subsequentes as publicações se mantiveram na casa de uma publicação por ano de 2003 a 2008, o ano de 2010, 2013. No ano de 2009 ocorreram duas publicações e o ano com maior número de publicações foi 2012 com 5 publicações na área estudada. Entre os anos de 1995 a 2003 não ocorreram publicações, assim como em 2005, 2006, 2008, 2011, 2014 e 2015. Até a presente data da pesquisa (Abril de 2016) somente 1 artigo referente ao tema foi publicado no Portal da *Scielo*.

Quadro 2 – Distribuição das produções e periódicos selecionados no período de 2003 a 2016

Autor	Título	Revista	Ano
Maria Augusta Bolsanello	Concepções sobre os procedimentos de intervenção e avaliação de profissionais em estimulação precoce	Educar em Revista (Qualis A1)	2003
Cibelle Kayenne Formiga	Eficácia de um programa de intervenção precoce com bebês pré-termo	Paidéia (Qualis A1)	2004
Martinez, Joaquim, Oliveira e Santos	Suporte informacional como elemento para orientação de pais de pré-termo: um guia para o serviço de acompanhamento do desenvolvimento no primeiro ano de vida	Revista Brasileira de Fisioterapia (Qualis B2)	2007
Carla Meira Kreutz Cleonice Alves Bosa	Intervenção precoce na comunicação pais-bebê com deficiência visual	Estudos de Psicologia (Qualis A1)	2009
Joaquim Ramalho Célia Silva Cláudia Cruz	Intervenção precoce na epilepsia	Revista Brasileira de Educação Especial (Qualis A2)	2009
Patrícia Roberto de Meireles Graça Maria de La Salette da Cunha Teixeira Sônia Cristiana Gonçalves Lopes Ana Maria da Silva Pereira Henriques Serrano Adriano Rockland Siqueira Campos	O momento da avaliação na intervenção precoce: o envolvimento da família estudo das qualidades psicométricas do asq-2 dos 30 aos 60 meses	Revista Brasileira de Educação Especial (Qualis A2)	2010
Nancy Apretz Batista da Silva Ana Lúcia Rossito Aiello	Ensinando o pai a brincar com seu bebê com síndrome de down	Educar em revista (Qualis A1)	2012
Fernanda Travassos Rodriguez Terezinha Féres Carneiro	Os bebês com síndrome de down e seus pais: novas propostas para intervenção	Estudos de psicologia (Qualis A1)	2012
Vítor Franco Madalena Melo Ana Apolônio	Problemas do desenvolvimento infantil e intervenção precoce	Educar em revista (Qualis A1)	2012

Carolina Santos Soejima Maria Augusta Bolsanello	Programa de intervenção e atenção precoce com bebês na Educação Infantil	Educar em revista (Qualis A1)	2012
Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues	Escalas de desenvolvimento infantil e o uso com bebês	Educar em revista (Qualis A1)	2012
Mariana Rodrigues Flores Luciane Najar Smeha	Bebês com risco de autismo: o não-olhar do médico	Ágora (Qualis B3)	2013
Vitor Franco	Tornar-se pai/mãe de uma criança com transtornos graves do desenvolvimento	Educar em Revista (Qualis A1)	2016

Fonte: Dados coletados no portal da *Scielo*

Na leitura ampla do quadro 2 é possível perceber que o termo estimulação precoce é substituído pelo termo intervenção precoce e em 6 artigos nenhum dos dois termos são utilizados no título. Nota-se que os artigos foram publicados em revistas em sua maioria ligadas à Educação (9 revistas), Psicologia (3 revistas) e Fisioterapia (1 revista). As revistas mais recorridas à publicação foram: Educar em revista (6 artigos), Revista Brasileira de Educação Especial (2 artigos), Estudos de Psicologia (2 artigos), Revista Brasileira de Fisioterapia (1 artigo), Paidéia (1 artigo), Ágora (1 artigo). O Qualis, nota emitida pela Capes, tendo em conta um conjunto de procedimentos utilizados para a estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação, foi na sua maioria A1 (9 artigos), A2 (2 artigos), B2 (1 artigo) e B3 (1 artigo). A maioria (9 artigos) tiveram 2 ou mais autores e 4 artigos tiveram 1 autor em sua elaboração. A partir da leitura dos títulos observa-se somente um relato de pesquisa realizadas em contexto da educação infantil. As deficiências pesquisadas são: síndrome de Down (2), autismo (1), deficiência visual (1), epilepsia (1).

Em busca de compreender mais especificamente o enquadramento da publicação: a formação, a instituição de trabalho dos pesquisadores, os objetivos, o tipo de pesquisa e os principais resultados de cada uma destas pesquisas, optou-se por apresentar em forma de um quadro estruturado com a síntese de cada artigo.

Quadro 3 – Especificações das produções e periódicos selecionados no período de 2003 a 2016

AUTOR(ES)	OBJETIVOS	METODOLOGIA/AMOSTRA	CONSIDERAÇÕES/ CONCLUSÃO
BOLSANELLO, M. A. (2003) Psicóloga e Professora do	Investigar as concepções dos profissionais de estimulação precoce tanto em relação aos procedimentos de intervenção e avaliação –	Pesquisa Qualitativa/ Entrevistas (fisioterapeutas, professores,	Conforme orienta a Diretriz, ocorre a elaboração do plano individual de intervenção e avaliação da criança, porém a família não foi consultada nem envolvida no plano e as intervenções profissionais são

Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná (UFP)	realizados junto às crianças no atendimento –, quanto em relação ao seu desempenho profissional.	fonoaudiólogos e psicólogos).	e mecanicistas e isoladas uma vez que não ocorreu o envolvimento dos profissionais da equipe multidisciplinar. Sugere pesquisas e melhor qualificação dos profissionais.
FORMIGA, C. K. (2004) Fisioterapeuta Professora na Universidade Estadual de Goiás (UEG)	Avaliar a eficácia de um programa de intervenção precoce, com e sem treinamento das mães, no desenvolvimento de bebês pré-termo.	Pesquisa Experimental (Grupo Controle (GC) Grupo Experimental (GE)) em 8 bebês e suas respectivas mães.	É imprescindível que os programas sejam iniciados antes dos 4 meses de vida. A participação das mães é eficaz na implementação de programas de intervenção precoce com bebês pré-termo. Os bebês do GE obtiveram maior evolução dos comportamentos avaliados em relação ao GC. Sugestão de que o seu estudo possa orientar as práticas em escolas de educação infantil.
MARTINEZ, C.; JOAQUIM, R.; OLIVEIRA, E.; & SANTOS, I. (2007) Departamento de Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlo (UFSCAR)	Elaborar um guia de orientação e acompanhamento do desenvolvimento no primeiro ano de vida para pais que frequentam um serviço de acompanhamento do desenvolvimento de bebês.	Pesquisa Qualitativa (observação direta e entrevista em mães).	Destacam a importância do toque materno e de produzir e ofertar recursos educativos e terapêuticos que potencializem ações nos serviços de acompanhamento do desenvolvimento de bebês de risco, especialmente as ações de orientação aos pais.
KREUTZ & BOSA (2009) Curso de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Universidade (UFRS) e Universidade Luterana do Brasil, Curso de Psicologia.	Revisar a produção científica na área de intervenção precoce com pais e bebês que apresentam deficiência visual congênita.	Pesquisa Bibliográfica	Salienta os poucos estudos realizados na área e orienta a realização de estudos longitudinais com crianças; Destaca a importância da estimulação precoce em crianças com comprometimento visual e estrito relacionamento entre lactante e os bebês; enfatizando também a importância de iniciar o programa precocemente, antes dos três anos de idade.
RAMALHO; SILVA; CRUZ, (2009) Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Universidade Fernando Pessoa - Porto - Portugal	Compreender o funcionamento do programa de intervenção para a criança com epilepsia tendo como base programas educativos individuais que focam o nível de realização atual da criança, assim como a avaliação e posterior intervenção assumindo a família e a escola papéis	Pesquisa Bibliográfica	Sugerem a existência de uma equipe multifuncional dentro da escola para acompanhar o desenvolvimento das crianças e que detecte precocemente situações de risco, atrasos de desenvolvimento ou deficiência; propõem o plano individual de intervenção como sendo fundamental pois leva em consideração o currículo específico para a criança e a participação da família nos processos educacionais.

	primordiais no desenvolvimento das crianças com esta perturbação.		
GRAÇA; TEIXEIRA; LOPES, SERRANO & CAMPOS (2010) Área de conhecimento em Educação Especial, na Universidade do Minho – Portugal	Verificar a eficácia do questionário ASQ-2 em crianças dos 30 aos 60 meses em envolver os pais desde o primeiro momento do processo em intervenção precoce	Relato de Pesquisa Quantitativa de Validação do Questionário ASQ 2 (127 famílias de Braga Portugal).	O questionário apresenta correlações significativas para todas as áreas de desenvolvimento e eficácia em seu uso junto à família. Consideram a família como parte essencial da estimulação precoce.
SILVA, & AIELLO (2012) Psicologia- Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) – Departamento de Psicologia.	Avaliar se uma intervenção direcionada ao pai altera seus padrões de interações com seu bebê com síndrome de Down em situações de brincadeira.	Pesquisa Experimental. Uso de Protocolo de Categorias de Análise das interações observadas em 5 Filmagens (2 antes da intervenção, 1 durante, 1 após e 1 de follow-up.	O papel do pai influencia ativamente o desenvolvimento da criança com Síndrome de Down. As mães, que não passaram pelo treino, não tiveram os mesmos ganhos. As crianças também passaram a exibir mais comportamentos positivos em interação. É possível envolver o pai nos programas de intervenção precoce visando ao melhor desenvolvimento de bebês com atraso.
TRAVASSOS RODRIGUES & FÉRES CARNEIRO (2012). Psicologia- PUC Rio – Departamento de Psicologia.	Estudar as concepções de pais e de profissionais sobre a comunicação do diagnóstico da síndrome de Down (SD) nas maternidades, bem como avaliar o dispositivo de estimulação precoce.	Pesquisa Qualitativa com análise do conteúdo das entrevista (pais e profissionais)	Os pais sentem-se pouco acolhidos e incluídos nas maternidades e nos procedimentos de estimulação dos filhos. Os profissionais dos centros obstétricos e os terapeutas que realizam a estimulação precoce do bebê, em geral, não consideram os aspectos relacionais entre os membros do conjunto pais-bebê-profissionais como parte do próprio trabalho. O momento da notícia sobre a SD do filho é o momento mais difícil para os pais ou familiares e deveria ser melhor ministrado.
FRANCO, MELO & APOLÓNIO (2012) Psicologia- Universidade de Aveiro – Portugal - Departamento de Psicologia e Ciências da Educação.	Desenvolver práticas e instrumentos que permitam uma melhor elegibilidade dos casos de intervenção precoce e uma orientação técnica de intervenção mais focada nas efetivas necessidades da criança, da família e do contexto.	Pesquisa Quantitativa (1.169 crianças em risco ou com problemas de desenvolvimento. Aplicação do Questionário ODIP - <i>Organização Diagnóstica em Intervenção Precoce</i> .	Define estimulação precoce como prática multidisciplinar que visa ultrapassar os modelos de estimulação precoce. Principais problemas de desenvolvimento são as Perturbações do desenvolvimento tais como: na fala, linguagem e comunicação. A negligência, os fatores de exclusão e as perturbações do funcionamento familiar são perturbações do contexto observadas.

<p>SOEJIMA & BOLSANELLO (2012) Psicologia- Faculdade Metropolitana de Blumenau e Universidade Federal do Paraná (UFP)</p>	<p>Verificar se um programa de intervenção precoce tem efeitos positivos sobre o desenvolvimento (motor e mental) de crianças entre um e três anos de idade que permaneciam em tempo integral na creche pública e apresentavam defasagem no desenvolvimento.</p>	<p>Pesquisa Quantitativa e de Intervenção-Ação. Uso da Escalas Bayley II em 63 crianças de 0 aos 3 anos de um Centro de Educação Infantil Público e Aplicação de um Programa de Intervenção Precoce.</p>	<p>Ocorreu progressão significativa no desenvolvimento das crianças que apresentaram defasagem e participaram de um programa de intervenção precoce. É viável a atenção precoce nas creches públicas. As defasagens no desenvolvimento infantil poderiam ser prevenidas, trabalhadas e superadas, evitando futuras deficiências ou transtornos do desenvolvimento. A necessidade de se fomentar contextos (escola, família e comunidade) sensíveis às necessidades e capacidades da criança em cada momento de seu desenvolvimento.</p>
<p>RODRIGUES, O. (2012) Psicologia e Professora Livre-Docente da Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho" (UNESP)</p>	<p>Descrever as escalas (testes ou inventários) comumente utilizadas para a avaliação do desenvolvimento de bebês; Analisar estudos realizados a partir do final da década de 90 que tiveram em conta os teste e inventários; Identificar profissionais da saúde que têm feito uso deles, a partir dos artigos publicados.</p>	<p>Pesquisa Bibliográfica e Bibliométrica</p>	<p>É importante a avaliação de bebês como fonte de informação que subsidia tomadas de decisão acerca da elaboração de programas de intervenção precoce ou essencial. São escassos os instrumentos padronizados para a população infantil brasileira. As escalas mais utilizadas pelos pesquisadores são as Escalas Bayley e o Teste de Denver II, concomitantemente, para avaliar os efeitos da prematuridade.</p>
<p>FLORES, L.& SMEHA, L. (2013) Psicologia- Professoras da PUCRS e do Centro Universitário Franciscano (Unifra), Santa Maria/RS.</p>	<p>Possibilidade de detecção do risco e da intervenção precoce do autismo na visão dos médicos.</p>	<p>Pesquisa Qualitativa, entrevista (7 pediatras e 3 neuropediatras) seguida de Análise de Conteúdo</p>	<p>Os profissionais não estão preparados para a detecção dos sinais de risco, o que não possibilita a intervenção precoce. É necessário, portanto, trabalhar com esses profissionais para indicar-lhes os sinais de risco de autismo.</p>
<p>FRANCO, V. (2016) Psicologia- Departamento de Psicologia da Universidade de Évora - Portugal</p>	<p>Discorrer a partir de uma perspectiva Desenvolvimental os desafios da construção de vínculos entre pai/mãe e filho com transtorno do desenvolvimento.</p>	<p>Pesquisa Bibliográfica</p>	<p>Os programas de intervenção precoce devem dar importância aos aspectos emocionais envolvidos no processo de adaptação e adaptação junto à deficiência do filho, a fim de construir uma parentalidade saudável. É preciso re-significar o processo de ser pai/mãe de uma criança com um transtorno do desenvolvimento.</p>

Fonte: Dados coletados na Scielo

Na ampla leitura do quadro 3 é possível observar que a formação acadêmica dos pesquisadores é na sua maioria de Psicólogos, assim como os departamentos de onde os pesquisadores vinculam suas pesquisas são na maioria departamentos de Psicologia. Observamos a frequência de 4 artigos de Pesquisadores e Universidades Portuguesas (Universidade do Porto, Aveiro, Évora e Minho) e dos 9 artigos publicados por pesquisadores e Universidades Brasileiras, observamos 1 pesquisa realizada em Universidades do Centro Oeste (UEG) e os outros 6 artigos publicados por equipes do Sudeste e Sul do País (São Carlos, Santa Maria (RS), São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul). As Universidades são em sua maioria Públicas tanto nas publicações de pesquisadores Brasileiros (UEG, UFSC, UFRS, UNESP, UFP) como nos Portugueses (Universidade de Aveiro, Minho e Évora). As Universidades Particulares foram a PUC Rio no Brasil e a Universidade Fernando Pessoa (Portugal). Os objetivos intercalam pesquisas para compreender a importância e os desafios dos vínculos pais e filhos com algum tipo de necessidades de estimulação precoce, avaliação da eficácia dos programas de intervenção precoce e de alguns testes, as concepções dos profissionais que trabalham com a estimulação precoce, detecção de risco em prematuros e/ou com alguma especificidade. Os métodos se distribuíram entre: 4 pesquisas qualitativas com realização de entrevistas, 4 Bibliográficas, 3 pesquisas quantitativas e 2 de cunho experimental. Os resultados mais evidentes serão apresentados na conclusão deste trabalho.

V. Considerações Finais

Ao finalizar o levantamento bibliométrico e a reflexão sobre o processo de inclusão das crianças público-alvo da estimulação precoce na educação especial integrada à educação infantil extraída dos artigos selecionados, percebe-se que apesar da escassa publicação realizada na área, há evidências científicas da importância da família (Pai e Mãe) na formação de vínculos para o adequado processo de estimulação precoce em crianças e que o ambiente domiciliar é o primeiro em que deve ocorrer a inclusão, uma vez que é fundamental para o desenvolvimento das crianças tanto prematuras, como com algum tipo de deficiência que requer cuidados específicos que visem o pleno respeito às suas necessidades. Foi evidenciado também a importância do toque materno oferecido aos bebês prematuros, e a medida que crescem o apoio e entrosamento do pai com a criança, para que elas se sintam acolhidas e cuidadas pela família. Ficou claro a partir das leituras mais aprofundadas que alguns

profissionais ainda não se sentem completamente capacitados para orientar os pais cujas crianças estão inscritas no programa de estimulação precoce e que muitas equipes de multiprofissionais estão funcionando de forma mecanicista e isolada onde cada profissional cumpre seu papel sem que exista planejamento individualizado e multidisciplinar como prevê nas Diretrizes.

Verificou-se que aliadas às ações e práticas vivenciadas pela família e pelas equipes, de forma muito superficial foram abordados a importância do acesso e permanência do programa de estimulação precoce no ambiente escolar. Dos 13 artigos analisados, 11 priorizaram a área da saúde com pesquisas voltadas para as áreas da psicológica, enfermagem, fisioterapia. Apenas dois trazem orientações para os estudos realizados sejam estendidos às escolas. Diante disso, percebe-se que há poucas pesquisas realizadas pelos professores e/ou profissionais que se envolvem diretamente com esse público dentro das escolas de educação infantil. É então perceptível que é preciso garantir formação inicial e continuada para os profissionais que atendem crianças de zero a três anos de idade, que lhes capacitem para que possam fazer parte das equipes multidisciplinares de intervenção para a estimulação precoce. As equipes devem estar preparadas para orientar as famílias quanto ao atendimento destinado à criança (TARTUCI; CANUTO; XIMENIS, 2015). As escolas que atendem esse público precisam se conscientizar da importância e da implementação do programa, para oferecer aos pequenos situações de aprendizagem e interação para que se desenvolvam dentro de suas potencialidades e as secretarias de educação de cada estado e município, devem colocar em prática as orientações do MEC sobre estimulação precoce, criando programas que articulem práticas e cuidados para as crianças da faixa etária atendida pela estimulação precoce. Somente assim haverá a institucionalização do programa e a sua inserção no Projeto Político Pedagógico (PPP) das creches e pré-escolas, que deve prever o AEE (Atendimento Educacional Especializado) e outros serviços que garantam a educação especial.

Referências

BOLSANELLO, Maria Augusta. Concepções sobre os procedimentos de intervenção e avaliação de profissionais em estimulação precoce. *Revista Educar*, Curitiba, n. 22, p. 343-355, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n22/n22a14.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 02 nov. 2016.

BRASIL. Diretrizes educacionais sobre estimulação precoce: o portador de necessidades educativas especiais. Secretaria de Educação Especial – Brasília: MEC, SEESP, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Nota Técnica Conjunta nº 02/2015/MEC/SECA/DPEE – SEB/DICEI, 2015.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas. Brasília: MEC, 2006.

FLORES, Mariana Rodrigues; SMEHA, Luciane. Bebês com risco de autismo: o não-olhar do médico. Revista *Ágora*, Rio de Janeiro, v. 16, número especial, p. 141-157, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/agora/v16nspe/10.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

FORMIGA, Cibelle Kayenne. Eficácia de um programa de intervenção precoce com bebês pré-termo. Revista *Paidéia*, Goiânia, p. 301-311, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n29/06.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

FRANCO, Vitor. Tornar-se pai/mãe de uma criança com transtornos graves do desenvolvimento. *Educar em revista*, Curitiba, n. 59, p. 35-48, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n59/1984-0411-er-59-00035.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

FRANCO, Vitor; MELO, Madalena; APOLÓNIO, Ana. Problemas do desenvolvimento infantil e intervenção precoce. *Educar em revista*, Curitiba, n.43, p. 49-64, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n43/n43a05.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

FERREIRA, João Batista; SADOYAMA, Adriana Santos Prado. Educação a distância uma alternativa para a educação profissionalizante, inclusiva e formação continuada: Um estudo bibliométrico. *Enciclopédia Biosfera*, Goiânia, v.11, n.20, p.347, 2015.

GRAÇA, Patrícia Roberto de Meireles; LOPES, Sônia Cristiana Gonçalves; SERRANO, Ana Maria da Silva Pereira Henriques; CAMPOS, Adriano Rockland Siqueira. O momento da avaliação na intervenção precoce: o envolvimento da família estudo das qualidades psicométricas do asq-2 dos 30 aos 60 meses. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v.16, n. 2, p. 177-196, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v16n2/a03v16n2.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

KREUTZ, Carla Meira; BOSA, Cleonice Alves. Intervenção precoce na comunicação pais-bebê com deficiência visual. *Estudos de Psicologia*, 2009.
<<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v16n2/a03v16n2.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

MARTINEZ, CMS; JOAQUIM, RHVT; OLIVEIRA, EB; SANTOS, IC. Suporte informacional como elemento para orientação de pais de pré-termo: um guia para o serviço de acompanhamento do desenvolvimento no primeiro ano de vida. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, 2007.
<<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v16n2/a03v16n2.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Inclusão marco zero: começando pelas creches. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2010.

PERIN, Andréa Eugênia. Estimulação Precoce: sinais de alerta e benefícios para o desenvolvimento. *Revista de Educação do Ideau*, v. 5, 2010. Disponível em:
<http://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/161_1.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

RAMALHO, Joaquim; SILVA, Célia; CRUZ, Cláudia. Intervenção precoce na epilepsia. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 15, n. 3, p. 359-368, 2009. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v15n3/a02v15n3.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolin. Escalas de desenvolvimento infantil e o uso com bebês. *Educar em revista*, Curitiba, n. 43, p.81-100, 2012. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/er/n43/n43a07.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

RODRIGUEZ, Fernanda Travassos; CARNEIRO Terezinha Féres. Os bebês com síndrome de down e seus pais: novas propostas para intervenção. *Estudos de Psicologia*, Campinas, p. 832-849, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v29s1/19.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

SILVA, Nancy Aporetz Batista da; AIELLO, Ana Lúcia Rossito. Ensinando o pai a brincar com seu bebê com síndrome de down. *Educar em revista*, Curitiba, n. 43, p. 101-116, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n43/n43a08.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

SOEJIMA, Carolina Santos; BOLSANELLO, Maria Augusta. Programa de intervenção e atenção precoce com bebês na Educação Infantil. *Educar em revista*, Curitiba, n. 43, p. 65-79, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n43/n43a06.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

TARTUCI, Dulcéria; CANUTO, Mônica; XIMENIS, Priscilla. Estimulação precoce e o atendimento de crianças na educação infantil. APOSTILA. Catalão, GO: UFG/AEE, 2015.

ULSENHEIMER, Janaine; GRAVE, Magali. Perfil profissional do estimulador precoce nas APAE's dos Vales do Taquari e Rio Pardo. *Revista Destaques Acadêmicos*, ano 1, n. 3, 2009. Disponível em: <www.univates.br/revistas/index.php/destaques/article/download/33/31>. 02 nov. 2015.

Recebido em 15 de novembro de 2016
Aceito em 15 de janeiro 2017